



Shell LIFE

ILMO. SR. PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Pregão Eletrônico nº: 207/2022

SHELL LIFE MATERIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ 10.201.443/0001-02, situada na rua XV de Novembro, nº 90, sala 404 e 405, Centro, Niterói - RJ, CEP: 24.020-125, endereço eletrônico licitacao@shell-life.com.br, vem, através de seu representante, tempestivamente, interpor seu

RECRUSO ADMINISTRATIVO COM EFEITO SUSPENSIVO

Em razão da Decisão a qual habilitou e classificou a empresa ALFA MED SISTEMAS MÉDICOS LTDA., conforme será exposto nas razões aqui expostas.

Outrossim, requer que o Ilustre Pregoeiro exerça seu dever legal de retratação, ou caso assim não entenda, que remeta o mesmo para a autoridade competente em seu duplo efeito.

1.

BREVE RELATO

O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para Equipamentos Médicos e Central de Monitorização para atender às necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã.



Shell LIFE

Cinge-se a questão acerca do item 1, Grupo 1 licitado, qual seja, monitor, onde, a Recorrida sagrou-se vencedora.

O fato é que o equipamento apresentado pela Recorrida não atende as exigências técnicas do Edital, o que se verá adiante.

2.

DA CLASSIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DA RECORRIDA - NÃO ATENDIMENTO AO TERMO DE REFERÊNCIA

Como dito, a decisão emanada pelo órgão administrativo partiu da premissa de que o equipamento ofertado pela Recorrida guarda compatibilidade com as exigências contidas no edital.

Como se infere através da leitura do Termo de Referência, aliado às especificações técnicas do Monitor vita i 120, nota-se que existem claras divergências técnicas.

Observa-se que no Termo de Referência consta que a **"resolução mínima da tela deverá ser de 1270x 800 Pixels"**, ao passo que o Monitor ofertado pela Recorrida (Vita i120), possui resolução de 800 x 600, conforme se infere através da pág. 157 - manual operacional.



Shell LIFE

Produto	Exibir	Mensagens
VITA i80	Tela de exibição: TFT colorido de 8 polegadas, suporte a touchscreen Resolução: 800 x 600 Um máximo de 13 formas de onda	Um LED de energia Dois LEDs de alarme Um LED de carga
VITA i100	Tela de exibição: TFT colorido de 10,1 polegadas, suporte a touchscreen Resolução: 800 x 600 Um máximo de 13 formas de onda	
VITA i120	Tela de exibição: TFT colorido de 12,1 polegadas, suporte a touchscreen Resolução: 800 x 600 Um máximo de 13 formas de onda	

Inobstante a isso, o edital deixa claro que o monitor a ser adquirido, precisa ter uma tela de alta resolução (*high definition* ou *HD Widescreen*), ou seja, uma tela HD, sendo que o monitor **Vita i 120** da Recorrida, apresenta uma tela com resolução de 800 x 600 pixels.

A título de elucidação, essa configuração é considerada uma resolução padrão (*standard definition* ou *SD*), sendo que atualmente, conceitua-se HD como sendo todo sistema de imagem que possua mais do que as tradicionais 480 linhas ou 480p.

Esse valor é adquirido através da multiplicação entre linhas e colunas da resolução do vídeo, portanto, se um sistema possui uma resolução de 800 x 600, que dá 480.000 pixels, ou seja, 480p, configurando-se uma resolução padrão, o que não atende o que está sendo exigido pelo edital.

Como se nota, o equipamento ofertado pela



Shell LIFE

Recorrida não atende a inúmeras exigências as quais constam no Edital, razão pela qual a mesma deve ser desclassificada e inabilitada.

3. DO DIREITO - DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

É pertinente destacar que é de amplo conhecimento que o Edital é a lei interna do certame e vincula as partes. Como ensina DIOGENES GASPARINI:

"(...)estabelecidas as regras de certa licitação, tornam-se elas inalteráveis a partir da publicação do instrumento convocatório e durante todo o procedimento" (GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 13ª edição. Editora Saraiva. 2008, p. 487).

Nesse toar é a lição de CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO:

O edital constitui-se no documento fundamental da licitação. Habitualmente se afirma, em observação feliz, que é a sua lei interna". Com efeito, abaixo da legislação pertinente à matéria, é o edital que estabelece as regras específicas de cada licitação. A Administração fica estritamente vinculada às normas e condições nele estabelecidas, das quais não pode se afastar (art. 41). Embora não seja exaustivo, pois normas anteriores e superiores o complementam, ainda, que não reproduzidas em seu texto, como bem diz Hely Lopes Meirelles, o edital é "a matriz da licitação e do contrato"; daí não se pode exigir ou decidir além ou aquém do edital". Curso de Direito Administrativo. 29ª edição. Malheiros. 2012, p. 594-5.



Shell LIFE

Assim, a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere.

A doutrina não deixa dúvidas acerca da estrita vinculação do ato convocatório.

Marçal Justen Filho (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª ed., 2009, p. 586) assim assevera:

A autoridade administrativa dispõe da faculdade de escolha, ao editar o ato convocatório. Porém, nascido tal ato, a própria autoridade fica subordinada a um modelo norteador de sua conduta. Tornam-se previsíveis, com segurança, os atos a serem praticados e as regras que os regerão."

o artigo 3º da Lei 8666/93 normatiza os princípios a serem aplicados na condução, dentre os quais merece destaque o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita



Shell LIFE

conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

A estrita observância das condições estabelecidas no instrumento convocatório e criteriosamente fixadas, asseguram o necessário tratamento isonômico e proporciona condições para a realização de um julgamento objetivo e dentro da legalidade.

Dito de outra maneira, as regras impostas no Edital devem ser cumpridas pelos participantes, assim como pela Administração Pública, a teor do que se encontra normatizado através do artigo 41 da Lei 8.666/93, nos seguintes termos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

O STJ já se manifestou diversas vezes a respeito do tema (por exemplo: RESP 595079, ROMS 17658). No RESP 1178657, o tribunal decidiu:

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PRECÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma escorreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no



Shell LIFE

art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", **este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica.** Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, **não supre a exigência do edital.** Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, **é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes.**

Decisões reforçam essa posição do TCU, como se constata no sumário dos acórdãos a seguir transcritos:

Acórdão 4091/2012 - Segunda Câmara
REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL. MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO

Acórdão 966/2011 - Primeira Câmara
REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM PREGÃO ELETRÔNICO. CONSTATAÇÃO DE ALGUMAS FALHAS



Shell LIFE

RELACIONADAS À INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA
VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PROCEDÊNCIA
PARCIAL. DETERMINAÇÃO.

Verifica-se dessa forma que se faz necessário o
cumprimento estrito das regras estabelecidas no Instrumento
Convocatório

4. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer ao Ilustre Pregoeiro que o
presente Recurso Administrativo seja recebido em seu duplo
efeito, assim como conhecido e provido no sentido desclassificar
e inabilitar a Recorrida.

Outrossim, como se trata de uma questão estritamente
técnica, a Recorrente solicita ao Pregoeiro que os autos do
processo administrativo sejam encaminhados ao setor responsável
pela avaliação técnica dos argumentos, fatos e provas aqui
expostos.

Termos em que.

Pede deferimento.

Niterói, 02 de março de 2023.


SHELL LIFE MATERIAL HOSPITALAR LTDA